

ENTREGA VOLUNTÁRIA PARA ADOÇÃO: PERFIL DA DEMANDA E PERSPECTIVA DE PROFISSIONAIS

VOLUNTARY GIVING UP FOR ADOPTION: DEMAND PROFILE AND PERSPECTIVE OF PROFESSIONALS

Katia Corina dos Santos TORK* 

Líliã Chaves CAVALCANTE** 

Dalízia Amaral CRUZ*** 

Eelson Ferreira COSTA**** 

Resumo: O objetivo do artigo foi refletir sobre a entrega voluntária para adoção, a partir da análise do perfil de mulheres atendidas, que manifestaram interesse em fazer a entrega no período de 2018-2019 e da perspectiva de profissionais responsáveis por esse atendimento em um órgão do poder judiciário em Belém-PA. Trata-se de uma pesquisa descritivo-exploratória, com abordagem quanti-qualitativa. Os dados referentes ao perfil das mulheres foram coletados em relatórios psicossociais. Realizou-se também entrevista semiestruturada com quatro profissionais, cujo conteúdo foi processado pelo *software* IRaMuTeQ para análise de conteúdo. Emergiram 4 Classes analíticas: 1) Motivação, 2) Desafios, 3) Dificuldades e 4) Acolher. O perfil foi discutido com base nas seguintes categorias: idade, *status* socioeconômico, escolaridade, motivo da entrega e desfecho do atendimento. É fundamental expandir a divulgação de Programas/Projetos de Entrega Voluntária e o trabalho realizado, no sentido de desconstruir o papel social da mulher em relação à maternidade e fortalecer as medidas de proteção a crianças entregues para a adoção.

Palavras-chave: Entrega Voluntária. Mulher. Criança. Adoção.

Abstract: The aim of the article was to reflect on voluntary giving up for adoption, based on the analysis of the profile of women assisted, who expressed interest to give in the period 2018-2019 and from the perspective of professionals responsible for this care in an agency of the judiciary power in Belém-PA. This is a descriptive-exploratory research, with a quantitative and qualitative approach. Data regarding the profile of women were collected in psychosocial reports. A semi-structured interview was also conducted with four professionals, whose content was processed by the software IRaMuTeQ for content analysis. 4 analytical classes emerged: 1) Motivation, 2) Challenges, 3) Difficulties and 4) Receive. The profile was discussed based on the following categories: age, socioeconomic status, education, reason for giving up and outcome of care. It is essential to expand the dissemination of voluntary giving up Programs/Projects and the work carried out, in order to deconstruct the social role of women in relation to motherhood and to strengthen measures to protect children delivered for adoption.

Keywords: Voluntary giving up, Woman, Child, Adoption.

Submetido em 15/06/2021. Aceito em 11/12/2021.

*Graduada em Serviço Social pela Universidade Federal do Pará. E-mail: torkkatia@gmail.com

**Doutora em Teoria e Pesquisa do Comportamento pela Universidade Federal do Pará/UFGPA. Docente da Faculdade de Serviço Social e orientadora credenciada do Programa de Pós-graduação em Teoria e Pesquisa do Comportamento da UFGPA. E-mail: liliac@ufpa.br

***Doutora em Teoria e Pesquisa do Comportamento pela UFGPA. Psicóloga. Espaço de Acolhimento de Crianças e Adolescentes/Barcarena-Pa. E-mail: dalizia@ufpa.br

****Doutor em Teoria e Pesquisa do Comportamento pela UFGPA. Docente do Departamento de Terapia Ocupacional da Universidade do Estado do Pará. E-mail: elsonfcosta@gmail.com



© O(s) Autor(es). 2020. Acesso Aberto. Esta obra está licenciada sob os termos da Licença Creative Commons Atribuição - Não Comercial 4.0 Internacional (https://creativecommons.org/licenses/by-nc/4.0/deed.pt_BR).

INTRODUÇÃO

O tema da entrega voluntária para adoção no Brasil divide opiniões, sendo fundamental o debate sobre assunto. Muitas pessoas tendem a associar a entrega do filho para adoção com o fenômeno do abandono infantil. Assim, compreender o que está por trás dessa associação é primordial para o estabelecimento de ações que desconstruam o olhar que a sociedade atribui ao tema, bem como a discriminação sofrida pela mulher, que demonstra o interesse pela entrega voluntária. Por isso, é importante buscar as raízes históricas dessa associação equivocada entre a entrega de crianças para a adoção e o abandono infantil.

A preocupação com a infância remonta ao século XVII, a partir do sentimento de infância, descrito por Ariès em seu livro “A Criança e a Vida Familiar sob o Antigo Regime”, publicado em 1978. A partir desse momento, um conjunto de práticas e teorias surge como forma de preservação da infância, onde a criança começa a ser alvo de diversos investimentos. Nessa direção, organizou-se nova forma de assistência a crianças, com prescrições de como serem cuidadas e educadas, a partir dos valores estabelecidos para uma sociedade específica.

No século XVIII, com as mudanças referentes aos cuidados infantis e transformações na família, a criança começou a ocupar lugar de destaque, conferindo importância ao amor materno. Foi instituída uma ideologia patriarcal que, por meio do Estado, da Igreja e da Medicina, começou a normatizar o comportamento feminino em torno da figura esposa/mãe, essencial na estrutura familiar e útil à propagação histórica de uma visão idealizada da maternidade (BADINTER, 1985; BOUWERS, 1996). Por isso, ainda nos dias de hoje, a mulher que não assume a maternidade, por quaisquer que sejam os motivos, sofre o julgamento popular. Ou seja, a maternidade é tomada como característica feminina, evidenciada como sentimento intrínseco e instintivo à mulher, sendo julgada por não assumir a maternidade e o bebê visto como abandonado, enjeitado e exposto (MOTTA, 2015).

Sobre o amor materno e a sociedade exercer forte influência quanto à imposição desse sentimento sobre a mulher, Badinter (1985) reflete o quanto ainda é forte a questão do papel social tomado como legítimo, ainda que o contexto sociopolítico atual seja outro. Assim, Oliveira (2016) ressalta que ser mulher acompanha as transformações no contexto social. Por isso, novas concepções sobre o papel feminino competem com as que foram construídas e, sobremaneira, legitimadas. Nessa perspectiva, Pelisoli (2020, p. 15) pontua que:

A entrega de crianças por suas genitoras é um tema emocionalmente impactante. Isso porque nossa cultura... responsabiliza exclusivamente a mulher por suas gestações, como se sempre fosse fruto de uma escolha livre, consciente e madura. Ainda impregnados num machismo invisível, porque naturalizado, esquecemos que para gerar uma criança também é preciso de um homem e sobrecarregamos a mulher.

Segundo Tenório et al. (2019), em torno da maternidade existem mitos quanto à decisão em não assumir o filho, os quais podem estimular atitudes contrárias à proteção integral do bebê, por exemplo, o abandono e o infanticídio. Veja-se que “a ausência de debates e o desconhecimento sobre a temática colaboram para a execução de práticas que violam os direitos da mulher e da criança nesse processo” (TENÓRIO et al., 2019, p. 5).

Dessa forma, alguns Tribunais de Justiça (TJ) do país, considerando os preceitos do Estatuto da Criança e do Adolescente - ECA (BRASIL, 1990), ensejaram debates sobre o tema e a criação de Programas e Projetos voltados ao atendimento de mulheres/gestantes que decidissem entregar o filho à adoção. Destaca-se que, à semelhança do que propõem os órgãos do poder judiciário, estes Projetos e Programas devem acolher a mãe respeitosamente, com garantia do sigilo identitário. Ao mesmo tempo, garantir, de forma segura, o direito fundamental à convivência familiar da criança, evitando “o aborto, abandono ou entrega irregular do bebê para famílias não aptas à adoção, o infanticídio e/ou outras situações que violem seus direitos humanos”, conforme pontua o “Guia de Orientações aos Profissionais da Rede de Atendimento” (BRASIL, 2018, p. 10).

No Brasil, a previsão legal de entrega voluntária para adoção é recente e pouco conhecida pela população. Começou a ser prevista no ECA (BRASIL, 1990) em 2016, a partir do artigo 19-A. Trata-se de um dispositivo que visa proteger crianças e mulheres, prevenindo abortos, fora da previsão em lei, abandonos e adoções irregulares. E diante da necessidade em assegurar assistência a mulheres que optam pela entrega voluntária e de assegurar os direitos da criança, os profissionais da Justiça da Infância e Juventude viram na discussão sobre o tema o início da construção de um trabalho conjunto com outras instituições, onde cada uma exerce suas respectivas funções no Sistema de Garantia de Direitos da Criança e do Adolescente (SGDCA).

Assim, cabe a cada dispositivo da Rede de Proteção Social acolher e escutar mulheres que expressam interesse em entregar o filho para adoção de forma respeitosa e qualificada, atentando para as necessidades psicossociais e/ou de saúde da gestante e sua família. E se necessário, encaminhá-las aos serviços públicos voltados para a educação, assistência social e programas de habitação, com vistas à proteção integral da criança. Com efeito, foram criados, em algumas regiões do Brasil, Programas e Projetos (Quadro 1) para o atendimento dessa demanda.

Quadro 1-Programas e Projetos voltados à entrega voluntária de crianças para adoção

Nº	PROGRAMA/PROJETO	ANO DE CRIAÇÃO	ESTADO
1	Acolhimento a Gestantes	2006	Distrito Federal
2	Acolher e Mãe Legal	2009	Pernambuco
3	Dar à Luz	2011	Mato Grosso do Sul
4	Atenção à Gestante: Entrega Voluntária	2015	São Paulo
5	Anjos da Adoção	2016	Ceará
6	Entrega Voluntária para Adoção	2018	Belém
7	Entrega Legal	2019	Minas Gerais

Fonte: Elaborado pelas autoras.

Em Belém-PA, a partir da necessidade em atender de forma qualificada essa demanda, em 2018 foi criado o Programa de Entrega Voluntária para Adoção, com o objetivo de garantir e prestar atendimento especializado, bem como de evitar possível colocação da criança em situação de risco. Assim, foi formado um Grupo de Trabalho (GT) institucional, composto pelo Ministério Público (MP), Defensoria Pública (DP), Fundação Santa Casa, Secretarias de Estado de Saúde (SESPA) e de Assistência Social, Trabalho, Emprego e Renda (SEASTER), Secretaria Municipal de Saúde (SESMA), Fundação Papa João XXIII (FUNPAPA), 1ª Vara da Infância e Juventude (VIJ) da capital e do Distrito de Icoaraci, PROPAZ integrado e o Centro de Recuperação Feminino (CRF), para que fosse discutida a entrega voluntária para adoção, as circunstâncias que levam a esta decisão e sobre o atendimento adequado para a demanda. Todas as ações foram instituídas pela Portaria nº 1390/2017-GP.

Como resultado, foi elaborado o “Guia de Orientações aos Profissionais da Rede de Atendimento” (BRASIL, 2018), com a finalidade de nortear as ações dos Órgãos do SGDCA, de forma a assegurar o direito à vida, à família e à saúde e também atenção humanizada à mulher ou gestante, de acordo com a Constituição Federal (BRASIL, 1988), o ECA (BRASIL, 1990) e demais normas e regulamentos pertinentes. Nesse sentido, a Rede de Atendimento foi mobilizada, com o propósito de atuar a partir da uniformização de procedimentos: Unidades de Saúde, Conselho Tutelar, Centros de Referência de Assistência Social (CRAS e CREAS), TJ, MP, DP, entre outros órgãos, de modo a dispensar atendimento especializado para as mulheres e gestantes.

Diante do exposto, o objetivo do artigo foi refletir sobre a entrega voluntária para adoção, a partir da análise do perfil de mulheres atendidas, que manifestaram interesse em fazer a entrega no período de 2018-2019 e da perspectiva de profissionais responsáveis por esse atendimento em um órgão do poder judiciário em Belém-PA. Trata-se de uma pesquisa com delineamento descritivo-exploratório, de natureza documental e empírica, com abordagem quanti-qualitativa dos dados. Quanto ao procedimento de coleta, os dados referentes ao perfil das mulheres foram obtidos em relatórios produzidos pela equipe psicossocial responsável pelo atendimento. Realizou-se também entrevista semiestruturada com 4 profissionais do sexo feminino (1 socióloga, 1 assistente social e 2 psicólogas). Destaca-se que o projeto de pesquisa “Imagens

sociais de crianças e adolescentes e contextos de vida: família e instituição de acolhimento”, ao qual este estudo está vinculado, foi submetido ao Comitê de Ética do Núcleo de Medicina Tropical da Universidade Federal do Pará e aprovado sob o protocolo CAAE: 47997121.0.0000.5172.

Sobre a análise dos dados, o conteúdo das entrevistas foi transcrito na íntegra e processado pelo *software* IRaMuTeQ (*Interface de R pour les Analyses Multidimensionnelles de Textes et de Questionnaires*), a partir do teste de Classificação Hierárquica Descendente (CHD), onde um esquema hierárquico de classes de vocabulários é formado, possibilitando a inferência sobre o conteúdo do grupo de textos sobre determinada temática - *corpus* (CAMARGO; JUSTO, 2018) e, conseqüentemente, a compreensão dos grupos de ideias a partir da análise de conteúdo (URQUIZA; MARQUES, 2016). O perfil foi discutido com base nas seguintes categorias: idade, *status* socioeconômico, escolaridade, motivo da entrega e desfecho do atendimento.

2 RESULTADOS E DISCUSSÃO

2.1 PERFIL DAS MULHERES ATENDIDAS

Entre os anos 2018 e 2019, 13 mulheres foram atendidas em um órgão do poder judiciário em Belém-PA, na faixa etária de 14 a 38 anos de idade. Quanto ao *status* socioeconômico, a maioria não tinha renda (07), era autônoma (03), tinha como renda algum benefício social (02) e declarou renda, mas sem comprovação (01). Pode-se dizer que quando a mulher não possui renda, isso contribui para a situação de vulnerabilidade social e que quando a gravidez é descoberta, nessa condição específica, isto pode ser associado à decisão que leva a mãe a não permanecer com o filho. Este resultado corrobora o trabalho de Faraj et al. (2016), cujo estudo mostra que o sentimento de impossibilidade de exercer a maternidade relaciona-se a dificuldades econômicas e à ausência de apoio familiar.

Observa-se, ainda, que das 13 mulheres atendidas, 06 tinham o ensino básico incompleto (03 referentes ao fundamental e 03, ao médio), seguido de 04 com ensino médio completo (03 completo e 01 em curso), 03 com ensino superior (02 em curso e 01 completo). Segundo Moraes, Santos e Rabelo (2012), a baixa escolaridade é um dos indicadores sociais que também contribui para a não permanência da mãe com a criança. Ademais, segundo Fernandes, Pazello e Felício (2002), a renda da família tende a estar associada ao nível educacional de seus membros, o que afeta as decisões tomadas por cada um deles. Quanto à análise do perfil, destaca-se que tanto o *status* socioeconômico, quanto o nível de escolaridade guardam relação com a situação de vulnerabilidade social. Esta, por sua vez, foi o motivo apresentado pelas mulheres com maior frequência (07) para a entrega do filho (Quadro 2). Ressalta-se que a categoria vulnerabilidade social representa “um espaço social de instabilidade, de turbulências, povoado de indivíduos em situação precária em sua relação com o trabalho e frágeis em sua inserção relacional” (CASTEL, 1998, p. 26).

Observa-se que as mulheres que optam pela entrega voluntária tendem a pertencer a classes sociais desfavorecidas, a ser solteiras e jovens e, geralmente, não contam com apoio familiar ou do pai da criança

(LEÃO; MARTINS; FARAJ; SIQUEIRA; SANTOS, 2014 apud PELISOLI, 2020, p. 16-17). É interessante refletir que estas mulheres costumam ter histórico de abandono (pela família, pelo companheiro, pela sociedade), experienciaram situações de negligência e maus tratos quando crianças e normalmente estão desempregadas (PELISOLI, 2020), conforme os resultados apresentados no Quadro 2.

Quadro 2 - Motivos da entrega para adoção e desfecho após atendimento

Mulheres Atendidas	Motivos				
	Gravidez não-planejada	Vulnerabilidade social	Gestação decorrente de abuso sexual	Incapacidade de cuidar devido à saúde	Genitor negou apoio socioafetivo e financeiro
M1					
M2					
M3					
M4					
M5					
M6					
M7					
M8					
M9					
M10					
M11					
M12					
M13					
Mulheres Atendidas	Desfecho após atendimento				
	Desistiu da entrega	Bebê foi acolhido	Bebê foi encaminhado para adoção		
M1					
M2					
M3					
M4					
M5					
M6					
M7					
M8					
M9					
M10					
M11					
M12					
M13					

Fonte: Elaborado pelas autoras.

A categoria Gravidez não-planejada aparece em segundo lugar no *ranking* de frequência (06). Segundo a pesquisa da Escola Nacional de Saúde Pública da Fundação Oswaldo Cruz, entre 2011-2012, 55% das mulheres teve gravidez não-planejada. E conforme estudo de Prietsch et al. (2011), a cada ano,

pelo menos 80 milhões de mulheres vivenciam a gravidez não-planejada. Isto pode indicar que os métodos contraceptivos estão tendo baixo índice de utilização, além da possibilidade de serem usados de forma incorreta. Daí a importância de Programas que contribuam para ampliação de conhecimento e informações, por meio de palestras educativas sobre planejamento familiar, por exemplo, como a experiência do Serviço Social e Enfermagem da Santa Casa de Misericórdia do Pará (SERRÃO, 2015).

Além disso, os resultados desse estudo indicaram que o abuso sexual foi responsável pela decisão de 03 mulheres em entregar seus filhos para adoção. Por mais que esse número seja pequeno, ainda é muito noticiado casos como este no país, como mostra o portal de notícias do G1-Pará, ao evidenciar que só no período que compreende o primeiro semestre de 2019, foram registrados 1.400 casos envolvendo abuso sexual. Assim, a decisão da mãe de entregar o filho para adoção não pode ser tomada sob a ótica de juízos de valores, pois é um fenômeno complexo e multifatorial. Envolve uma diversidade de sentimentos, experiências e imperativos biológicos e sociais da gestação e maternidade, com os quais a mulher tem que viver (PELISOLI, 2020).

Quanto ao desfecho da situação, após os atendimentos, verifica-se que dos 13 casos, 07 bebês foram encaminhados para adoção; 04 mulheres desistiram em dar continuidade ao processo de entrega e 02 bebês foram acolhidos. Destaca-se a importância de refletir, novamente, sobre não se ter um olhar cristalizado para a temática. Veja-se que os desfechos podem mudar ou não, o que depende de um conjunto de fatores envolvidos no processo, que é complexo e envolve tanto o contexto social, o *status* socioeconômico, quanto à situação subjetiva, psíquica da mulher, como afirma Leite (2017). Trata-se de uma decisão tomada sob múltiplas determinações (MOTTA, 2015; MARTINS et al., 2015; TENÓRIO et al., 2019).

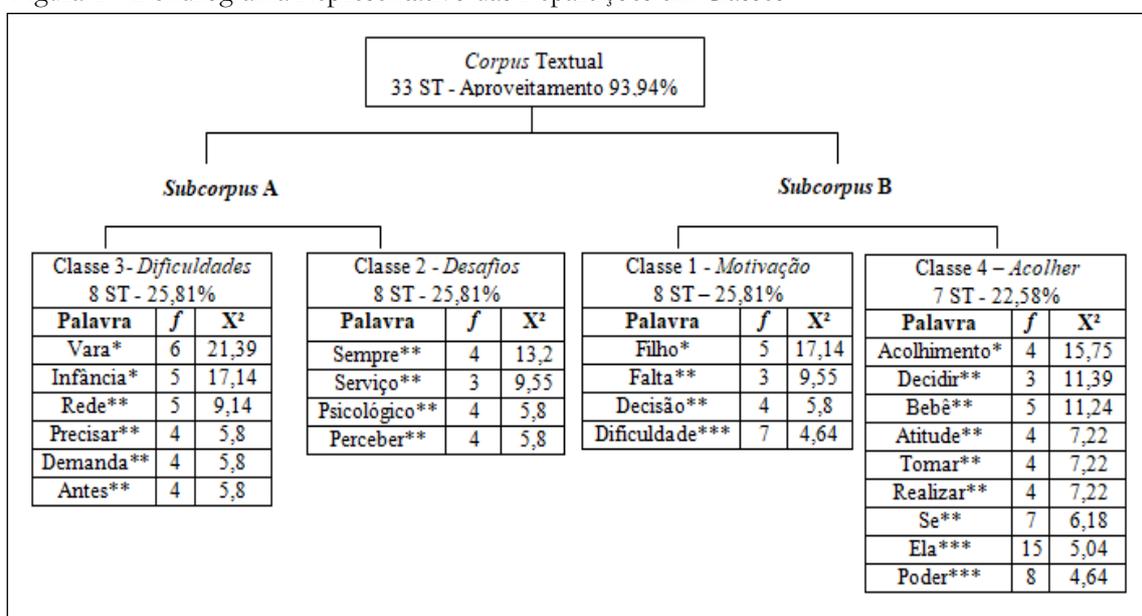
Além disso, chama-se a atenção para o número de mulheres que procuraram pelo atendimento. Este número ainda é baixo quando comparado ao número de crianças abandonadas na capital. Isso revela a alta necessidade de intensificar a divulgação da existência do Programa de Entrega Voluntária para Adoção, bem como de conscientizar e desconstruir junto à população o imaginário constituído em torno do tema. Sugere-se, portanto, a organização de seminários e simpósios para todos os profissionais que compõem o SGDC, além de oficinas e rodas de conversas com famílias nas escolas, nos CRAS e CREAS, por exemplo.

2.2 ANÁLISE DAS ENTREVISTAS

A partir da CHD, foi possível apreender a perspectiva de 04 profissionais sobre o atendimento realizado às 13 mulheres que procuraram atendimento, manifestando interesse em entregar os filhos para adoção. Assim, o *corpus* geral teve aproveitamento de 33 seguimentos de texto - STs (93,94%). Este percentual é consistente para a análise, pois os manuais indicam que a retenção de STs aproveitados deve ser de no mínimo 70%. O conteúdo analisado foi categorizado em 4 Classes, divididas em duas ramificações (A e B). O *subcorpus* A corresponde às Classes 3 (Dificuldades), com 8 STs (25,81%) e 2 (Desafios), com 8 STs (25,81%). Já o *subcorpus* B corresponde às Classes 1 (Motivação), com 8 STs (25,81%) e 4 (Acolher),

com 7 STs (22,58%). Para visualização, o dendrograma (Figura 1) apresenta a lista de palavras componentes de cada Classe, com respectiva frequência (*f*) e a indicação da associação do Qui-quadrado ($X^2 > 3,80$) das palavras em maior afinidade com a Classe e o nível de significância dessa associação pelo *p*-valor.

Figura 1 - Dendrograma Representativo das Repartições em Classes



Fonte: Elaborada pelas autoras.

Nota: **p* < 0,0001 ***p* < 0,01 ****p* < 0,05

A Classe 3 (Dificuldades) refere-se ao conteúdo verbal das participantes, no que tange às dificuldades no atendimento. Observa-se que a articulação/funcionamento da Rede de Atendimento é apontada como a maior dificuldade das profissionais. Nesse sentido, entre as palavras em maior afinidade com a Classe tem-se: Vara, Rede e Demanda.

A fala da participante 1 aponta, entre as dificuldades com a Rede, o fato de algumas instituições contribuírem com a adoção à brasileira. Segundo Pelisoli (2020), a adoção à brasileira diz respeito ao registro de um filho alheio como próprio. Nesse caso, não é aceito pelo sistema de justiça, constituindo crime contra o estado de filiação, conforme previsto no artigo 242 do Código Penal Brasileiro, sob pena de reclusão de dois a seis anos (MARTINS, 2019 apud PELISOLI, 2020, p. 18).

O Programa precisa muito do suporte da Rede, mas o Sistema não contribui. Nós do Setor Social atendemos e acolhemos essas mães, mas têm instituições que contribuem para uma adoção à brasileira, tudo bem que tem casos assim que dão certo e cuidam da criança, mas outros não acontecem da mesma forma e é isso que a Vara da Infância tenta impedir (PARTICIPANTE 1).

Diante disso, é fundamental que os atores que compõem o SGDCA sejam qualificados e capacitados (a participante 4 alude, por exemplo, à falta de treinamento) continuamente para o exercício

adequado e ético, alinhado com o que está previsto em Lei. Caso contrário, as dificuldades tendem a crescer, porque o trabalho, como o próprio nome sugere, deve ser em Rede. Ou seja, é necessária a articulação entre as políticas públicas dentro SGDCA, a partir do princípio da intersetorialidade, que pressupõe a integração das políticas, com vistas à superação da fragmentação destas, ao mesmo tempo em que deve respeitar as especificidades de cada campo. A fala da participante 3 é complementar, quando chama a atenção para a incompletude institucional da Vara, sendo necessária afinada articulação entre os diversos equipamentos envolvidos no atendimento à demanda em tela. Compreender este princípio evita atuações de sobreposições e favorece o planejamento conjunto de ações interventivas, onde cada dispositivo do SGDCA (judiciário, saúde, educação, assistência social etc.) terá seu papel definido.

Apesar de precisarmos muito da Rede de Atendimento, o desafio é o seu funcionamento, porque muitas mães têm necessidades que precisam ser supridas e que não competem à Vara... As dificuldades são muitas, por isso precisou chamar a Rede de Atendimento para trabalhar com essa demanda em conjunto com a Vara. (PARTICIPANTE 3).

Não houve treinamento, construímos juntas (a forma de trabalhar com essa demanda), através dos atendimentos que fizemos antes do Programa existir. Nós sentimos uma dificuldade muito grande com a articulação da Rede de Atendimento (PARTICIPANTE 4).

No que tange à Classe 2 (Desafios), esta refere-se aos desafios que se colocam diante do trabalho com mulheres que manifestam interesse em entregar o filho para adoção. Entre as palavras em maior afinidade com a Classe tem-se: Serviço e Psicológico.

A fala da participante 1 chama a atenção para o desafio na desconstrução de representações que envolvem essa demanda, questionar de que forma trabalhar e qual o caminho a ser seguido para não afetar a mulher e a criança traz para o centro da discussão a importância de cursos de capacitações contínuas para os profissionais. O Guia de Orientações (BRASIL, 2018) corrobora a necessidade da atuação profissional ética e comprometida com a legalidade e a mudança de atitude, como forma de “proteger as crianças e garantir-lhes o direito à convivência familiar (seja na família natural, extensa ou substituta); e ainda respeitar e humanizar ações voltadas a mulheres que manifestem o interesse de entregar o filho para adoção” (BRASIL, 2018, p. 12).

A gente sempre recebeu essa demanda antes mesmo do Programa e os desafios que temos é o questionamento em como trabalhar com essa demanda, qual caminho seguir que não afete ela e nem a criança... (PARTICIPANTE 1).

Os desafios também aparecem relacionados ao funcionamento da Rede de atendimento, contudo de maneira mais específica. Assim, o apoio psicológico foi apontado como desafio para o acompanhamento e encaminhamento de mulheres/gestantes que precisam e pedem este tipo de serviço.

Todo processo tem falhas e o desafio que percebo é a articulação com a Rede, nós tentamos acolher as mães, mas têm serviços que elas precisam e pedem por isso e o

Programa não tem para oferecer, a ajuda psicológica é um exemplo (PARTICIPANTE 2).

Nem todo serviço abraçou a causa... Algumas mães chegam a pedir apoio psicológico e como não tem esse serviço no GT, nós encaminhamos para serviços que oferecem atendimento psicológico, como é o caso da UNAMA (PARTICIPANTE 4).

As falas das participantes 2 e 4 convocam à reflexão sobre a clínica, enquanto área de atuação de psicólogos e psicanalistas, por exemplo. Sabe-se que a atuação clínica desses profissionais nos reporta à constituição histórica e elitista da profissão. Daí a importância de trazer para o SGDCA o dispositivo clínico de atendimento a estas mulheres/gestantes, no sentido de não tornar comum o desamparo social, na medida em que este apaga a potência discursiva dos que estão subjugados (ROSA, 2018). Sobre a clínica implicada, a autora ainda afirma que: “Aliado ao desamparo social, deparamo-nos com o desamparo discursivo (que lança o sujeito ao silenciamento que, muitas vezes, acomete alguns segmentos da população), que pode ser orientador da análise de vários fenômenos sociais e efeitos subjetivos” (ROSA, 2018, p. 26). Nesse sentido, Gattari (2009) explicita que a construção de estratégias de atuação transformadoras de sentido requer que os profissionais se dispam dos jalecos e aventais brancos, principalmente daqueles invisíveis que o povo “psi” carrega na cabeça, em suas linguagens e maneiras de agir.

A Classe 1 (Motivação), por sua vez, aborda o que motivou mulheres a procurarem atendimento para entrega dos filhos à adoção. Entre as palavras em maior afinidade com a Classe tem-se: Filho, Falta e Dificuldade. Observa-se que o *status* socioeconômico desponta como o principal motivo para entrega. Este resultado é compatível com os apontados por outras pesquisas correlatas ao tema (FARAJ et al., 2016; FARAJ et al., 2017). Muitas vezes, os motivos para a decisão relacionam-se às condições socioeconômicas ou da impossibilidade de criar um filho, devido ser fruto de uma violência sexual (LEÃO; MARTINS; FARAJ; SIQUEIRA; SANTOS, 2014 apud PELISOLI, 2020, p. 17). Este último é convergente ao motivo apresentado por 03 das 13 mulheres atendidas pelo Programa.

A falta de privilégios também era um motivo forte para elas no momento de decisão da entrega (PARTICIPANTE 1).

É comum as mães que chegam aqui com a gente perguntar da ajuda psicológica porque a entrega não era uma opção que elas queriam ter, mas as circunstâncias que elas vivem a fizeram tomar essa decisão (PARTICIPANTE 2).

Além da questão socioeconômica, a fala das participantes 3 e 4 aludem aos sentimentos que podem mobilizar as mulheres diante da situação. Pois, segundo Pelisoli (2020), trata-se de uma decisão difícil que, além de se encontrar em um contexto de vulnerabilidade e desamparo, é permeada de sofrimento.

...algumas também tinham a questão econômica como impedimento de permanecer com o filho... as atitudes delas eram de tristeza, incertezas. Incertezas porque elas não teriam como saber se a questão financeira delas iria melhorar... (PARTICIPANTE 3).

A que entregou o filho, percebi uma tristeza nela, ela não queria se separar do filho, mas por falta de parentes que pudessem cuidar dele e dificuldades econômicas viu a entrega como uma única opção (PARTICIPANTE 4).

No estudo de Faraj et al. (2017), com mulheres que entregaram o filho para adoção, os resultados também evidenciaram o sofrimento na fala das participantes, envolto do sentimento de culpa. Nesse ponto, é importante a reflexão sobre o sentido da entrega, que pode indicar a vontade de preservação da vida da criança ou de protegê-la do desamparo que a própria mulher já possa ter experienciado na infância (MENEZES, 2007; WEBER, 2009) e, portanto, a decisão não se dá sem sofrimento e pesar.

Finalmente, mas não menos importante, a Classe 4 (Acolher) diz respeito à importância que as participantes atribuem ao acolhimento dispensado às mulheres/gestantes. Entre as palavras em maior afinidade com a Classe tem-se: Acolhimento, Bebê, Atitude, Ela e Poder.

Para as participantes, o acolhimento é fundamental no atendimento. Segundo Faraj et al. (2016), a legislação não definiu como o acolhimento e o acompanhamento às mulheres/gestantes que manifestam interesse em entregar o filho devem ser realizados nos serviços de saúde. No âmbito da assistência social, o acolhimento, para Carlson e Goulart (2014), é mais que um ato, é uma postura institucional que envolve todos os profissionais. Esta postura deve ser continente, potente, respeitosa e afetiva na direção da política que se pretende implantar. As autoras reforçam que a recepção deve envolver informações e encaminhamentos adequados, que quanto mais qualificados e, de fato, acolhedores forem, os passos seguintes serão mais efetivos.

A este respeito, o Guia de Orientações (BRASIL, 2018) recomenda que a mulher seja encaminhada a um local, onde o número de pessoas com acesso às informações, por ela prestadas, seja restrito, possibilitando diálogo respeitoso e humanizado. Além de garantir, “quando solicitado, o sigilo sobre o nascimento e manifestação do interesse em entregar o filho à adoção” (p. 13).

...elas não chegam aqui só para entregar o bebê, têm muitos sentimentos, contextos por trás dessa decisão e não podemos... causar constrangimento para elas, pelo contrário, o acolhimento é essencial para que elas possam refletir se a entrega é o melhor a ser feito (PARTICIPANTE 1).

...o acolhimento inicial é primordial para contribuir com o andamento dos atendimentos (PARTICIPANTE 2).

Os relatos das participantes 3 e 4 ainda sugerem que o acolhimento deve ser livre de pré-julgamentos. Contudo, há a dificuldade na desconstrução de ideias que associam o gênero feminino ao dever de cuidar, amar, alimentar, educar (PATIAS; BUAES, 2012 apud PELISOLI, 2020, p. 17), especialmente na fala da participante 4.

Nós do Setor Social realizamos uma conversa com as mães, a escuta do que elas têm a dizer e não se pode ter atitudes de julgamentos, porque é por meio do nosso acolhimento

que ela fica livre para tomar a atitude que julgar necessária para si e para o bebê (PARTICIPANTE 3).

As dificuldades tendem a girar em torno da genitora, em não julgar os seus atos, em desconstruir ideias da relação mulher e maternidade que a sociedade construiu e ainda impõe nas nossas atitudes, em promover um acolhimento que ela possa se sentir bem para discutir sobre o que a levou decidir entregar o bebê para adoção (PARTICIPANTE 4).

Estes resultados vão de encontro aos apresentados pelo estudo de Faraj et al. (2016), com profissionais da saúde. Pois, apesar de as participantes relatarem ser importante respeitar a manifestação das mulheres e de oferecer apoio durante o acolhimento, foi destacado que, entre suas condutas no atendimento, havia a tentativa de fazê-las reavaliar a decisão. Tal postura pode estar relacionada à deficiência na capacitação profissional, que gera insegurança para lidar com a demanda da entrega voluntária, conforme as próprias participantes colocam. Destaca-se que essa insegurança e despreparo podem estar associados também à complexidade do tema, uma vez que mobiliza aspectos subjetivos e desconstrói a concepção idealizada do amor materno (FARAJ et al., 2016). Quanto aos procedimentos judiciais, as mulheres que entregaram os filhos para adoção, segundo outra pesquisa de Faraj et al. (2017), ressaltaram que o momento da audiência foi breve e não ofereceu apoio e atenção necessários. Para as autoras, a objetividade do judiciário, percebida como ausência de suporte pelas mulheres, pode maximizar a sensação de sofrimento e desamparo. Entende-se, assim, que além da importância da divulgação de Programas/Projetos de Entrega Voluntária na sociedade, é fundamental o trabalho de capacitação para profissionais do SGDCA (do judiciário aos dispositivos que trabalham na linha de frente com a demanda), no sentido de desmistificar a entrega e desconstruir o papel social da mulher diante da maternidade.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

O objetivo deste estudo foi refletir sobre a entrega voluntária para adoção, a partir da análise do perfil de mulheres atendidas que manifestaram interesse em fazer a entrega no período de 2018-2019 e da perspectiva de profissionais responsáveis por esse atendimento em um órgão do poder judiciário em Belém-PA. Observou-se que a atenção adequada para as mulheres/gestantes que decidem entregar o filho para adoção tem sido um esforço dos profissionais responsáveis pelo atendimento. Porém, a reunião de informações evidenciou que o tema em questão ainda é pouco discutido e difundido. No período investigado, somente 13 mulheres foram atendidas, número pequeno quando comparado aos casos de abandono registrados na capital.

Os resultados apresentados sugerem que por trás da decisão em entregar o filho para adoção existem histórias de vida com múltiplas questões objetivas e subjetivas, as quais influenciam as mulheres/gestantes em não permanecer com o filho. Reflete-se, portanto, sobre o caráter voluntário dessa entrega, uma vez que é atravessado por fatores de ordem estrutural e material, que escapam ao desejo de entregar o filho para adoção.

A partir das entrevistas, foi possível levantar informações a respeito das dificuldades e desafios enfrentados pelas profissionais participantes, bem como aspectos sobre as motivações das mulheres/gestantes atendidas e o acolhimento prestado. De modo geral, as dificuldades foram relacionadas à articulação e funcionamento da Rede de Atendimento; os desafios, por sua vez, explicitam a preocupação com a desconstrução de representações que envolvem a demanda, além da disponibilização de apoio psicológico, solicitado pelas mulheres/gestantes. Além disso, o *status* socioeconômico surge como o principal motivo para entrega. As profissionais também destacam a importância do acolhimento no momento do atendimento e que sejam evitados juízos de valor e pré-julgamentos.

Assim, a posição da sociedade na relação mulher e maternidade reflete nas escolhas, podendo gerar o abandono e o infanticídio, por exemplo, e como consequência tende a prejudicar o desenvolvimento saudável da criança e o seu direito à vida. Por isso, a mudança na mentalidade, em conjunto com as políticas públicas para essa demanda, colaboraria para uma sociedade mais justa em prol dos cuidados da criança e da mulher que decide de entregar o filho para adoção.

Como limitações, aponta-se que não foi possível acessar a perspectiva de outros profissionais envolvidos no trabalho com a demanda em tela. Por isso, sugere-se que as pesquisas sejam ampliadas no próprio setor jurídico, incluindo o discurso de juízes e promotores, bem como em outras áreas do SGDCA: psicólogos, assistentes sociais e pedagogos das áreas da saúde, educação e assistência social e conselhos tutelares.

No âmbito da contribuição social, espera-se que este estudo fortaleça discussões político-acadêmicas, de modo a subsidiar o investimento e aprimoramento de políticas públicas, programas e projetos direcionados a mulheres e gestantes que manifestem interesse em entregar o filho para adoção. Além disso, o investimento na capacitação dos profissionais do SGDCA é fundamental para que tenham qualificação adequada e condições éticas e específicas de promover um atendimento respeitoso a essas mulheres/gestantes, ao mesmo tempo, de garantir o direito fundamental de convivência familiar à criança, evitando o infanticídio ou o abandono, que coloca sua vida em risco. Ressalta-se, ainda, a importância de ações estratégicas, a exemplo de oficinas e rodas de conversas com famílias nas escolas, nos CRAS e CREAS.

REFERÊNCIAS

BADINTER, Elisabeth. **Um amor conquistado: o mito do amor materno**. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1985.

BRASIL. Lei 8.069, de 13 de julho de 1990. Dispõe sobre o Estatuto da Criança e do Adolescente. Brasília, DF. Disponível em: <<http://www.planalto.gov.br/>>. Acesso em: 5 abr. 2021.

BRASIL. Coordenadoria Estadual da Infância e da Juventude - CEIJ. Guia de Orientações aos Profissionais da Rede de Atendimento. Belém, PA, 2018. <<http://www.tjpa.jus.br/>> Acesso em: 4 abr. 2021.

- CAMARGO, Brígido Vizeu; JUSTO, Ana Maria. **Tutorial para o uso do software IRaMuTeQ (Interface de R pour les Analyses Multidimensionnelles de Textes et de Questionnaires)**, 2018. Disponível em: <<http://iramuteq.org/>>. Acesso em: 16 fev. 2021.
- CARLSON, Ana Cristina Romera; GOULART, Marilu. Acolhimento: as interfaces do encontro. *In*: CRUZ, Lílian Rorigues da; GUARESCHI, Neuza. **O psicólogo e as políticas públicas de assistência social**. Petrópolis: Vozes, 2014, p. 106-112.
- CASTEL, Robert. **As metamorfoses da questão social**. Petrópolis: Vozes, 1998.
- BOWERS, C. Maternidade e feminismo: diálogos na literatura contemporânea. *In*: STEVENS, Cristina Maria Teixeira. **Maternidade e Feminismo: Diálogos Interdisciplinares**. Florianópolis: Ed. Mulheres, 1996.
- FARAJ, Suane Pastoriza et al. “Quero Entregar meu Bebê para Adoção: O Manejo de Profissionais da Saúde”. **Psicologia: Teoria e Pesquisa**, v. 32, n. 1, p. 151-159, jan/mar. 2016.
- FARAJ, Suane Pastoriza et al. “Doeu muito em mim!: Vivência da entrega de um filho para adoção na visão de mães doadoras”. **Estudos e Pesquisas em Psicologia**, v. 17, n. 2, p. 475-493, mar/dez. 2017.
- FERNANDES, Reynaldo et al. A importância da estrutura familiar e do engajamento no mercado de trabalho na determinação da pobreza no Brasil. **Pesquisa e Planejamento Econômico - PPE**, v. 32, n.2, p. 233-250, jan/ago. 2002.
- GUATTARI, Félix. **As três ecologias**. Campinas: Papirus, 2009.
- LEITE, Hellen. Ter um filho e entregá-lo à adoção não é crime e pode ser uma lição de amor. **Correio Braziliense**, Distrito Federal, 5 abr., 2017. Disponível em: <<https://www.correiobraziliense.com.br/>>. Acesso em: 1 mai. 2020.
- MARTINS, Bruna Maria Corazza. et al. Entregar o filho para adoção é abandoná-lo? concepções de profissionais da saúde. **Psicologia Ciência e Profissão**, v. 35, n. 4, p. 1294-1309, out/set. 2015.
- MENEZES, Karla Fabiana Figueiredo Luna de. **Discurso de mães doadoras: motivos e sentimentos subjacentes à doação**. 2017. 143 f. Dissertação (Mestrado em Psicologia Clínica) - Universidade Católica de Pernambuco, Recife, 2017.
- MORAES, Patrícia Jakeliny Ferreira de Souza.; SANTOS, Benedito Rodrigues dos; RABELO, Romeiro Rabelo. O outro lado da história: a entrega de um filho para adoção. **Sociedade e Saúde**, v. 11, n. 2, p. 209-222, jul/dez. 2012.
- MOTTA, Maria Antonieta Pisano. **Mães abandonadas: a entrega de um filho em adoção**. São Paulo: Cortez, 2015.
- OLIVEIRA, Laura Cristina Santos Damásio de. **Mãe que entrega um filho em adoção: desvelando dores, preconceitos e possibilidades de ressignificações**. 2016. 179 f. Dissertação (Mestrado em Psicologia) - Universidade Federal do Rio Grande do Norte, Natal, 2016.
- PELISOLI, Cátula. **A proteção das crianças depende de um olhar singular**. Passo Fundo: Canal Proteja, 2020.

PRIETSCH, Silvio Omar Macedo et al. Gravidez não planejada no extremo Sul do Brasil: prevalência e fatores associados. **Cadernos de Saúde Pública**, v. 27, n. 10, p. 1906-1916, nov/jun. 2011.

ROSA, Miriam Debieux. **A clínica psicanalítica em face da dimensão sociopolítica do sofrimento**. São Paulo: Escuta/FAPESP, 2018.

SERRÃO, Ana Márcia Farias. **Planejamento familiar**: um estudo sobre a experiência da Fundação Santa Casa de Misericórdia do Pará. 2015. 123 f. Dissertação (Mestrado em Serviço Social) - Universidade Federal do Pará, Belém, 2015.

TENORIO, Emilly Marques et al. **“Reflexões sobre o protagonismo da mulher na entrega voluntária de recém-nascidos/as”**. In: CONGRESSO BRASILEIRO DE ASSISTENTES SOCIAIS, 16, 2019, Brasília. Anais, Brasília: ABEPSS, 2019.

URQUIZA, Marconi de Albuquerque; MARQUES, Denilson Bezerra. Análise de conteúdo em termos de Bardin aplicada à comunicação corporativa sob o signo de uma abordagem teórico-empírica. **Entretextos**, v. 16, n. 1, p. 115-144, jan/jun. 2016.

WEBER, Márcia Lúcia. **Bendita sois vós entre as mulheres**: representações da mãe biológica acerca da entrega do filho em adoção. 2009. 29 f. Trabalho de Conclusão de Curso (Especialização). Pontifícia Universidade Católica do Paraná, Curitiba, 2009.

Contribuições dos autores

Katia Corina dos Santos Tork: Participou da concepção, redação do manuscrito, coleta e análise de dados.

Lília Iêda Chaves Cavalcante: Participou da revisão final do manuscrito.

Dalízia Amaral Cruz: Participou da elaboração, redação final do manuscrito, análise e discussão dos dados.

Elson Ferreira Costa: Participou da revisão final do manuscrito.
